

V SIANCO



SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE ANÁLISE COGNITIVA 15 a 19 de setembro de 2025

Temática: O campo multirreferencial da Análise Cognitiva: Tendências e desafios na atuação profissional

Organização **Programa de Pós-Graduação em Difusão do Conhecimento**



Apoio



Financiamento



ARTIGO CIENTÍFICO

EIXO TEMÁTICO: CULTURA E INTESECCIONALIDADE

ESPAÇOS NÃO FORMAIS DE APRENDIZAGEM: ETNODESENVOLVIMENTO COMO ESTRATÉGIA DE FORTALECIMENTO IDENTITÁRIO

Dandara Lopes Correia¹
Carla Liane Nascimento dos Santos²

INTRODUÇÃO

Este artigo é resultado de pesquisa de mestrado desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Educação de Jovens e Adultos (PPGEJA), da Universidade do Estado da Bahia que teve por objetivo compreender quais as práticas sociais de educação popular e saberes tradicionais desenvolvidas na Cooperativa de Etnodesenvolvimento de Povos e Comunidades Tradicionais Kitaanda Bantu se constituem como estratégias para o fortalecimento da identidade cultural dos sujeitos cooperativados, pertencentes ao segmento de povos de terreiro.

Os povos e comunidades tradicionais na Bahia, assim como no Brasil, tem uma história marcada pela falta de acesso a políticas públicas que promovam a inclusão

¹ Mestra em Educação de Jovens e Adultos - PPGEJA/UNEB - Educadora Popular e Afroempreendedora. Integrante do grupo de pesquisa: SANKOFA: Negritudes, Pan-Africanismo, Interculturalidades e Subalternidades. Salvador, Bahia, Brasil. E-mail: educa.dandaralopes@gmail.com

² Professora Titular do Departamento de Educação (DEDC- I) da Universidade do Estado da Bahia-UNEB, Dou-tora em Ciências Sociais (UFBA), com Mestrado e Bacharelado em Ciências Sociais (UFBA). Lidera os grupos de pesquisa: Interculturalidades, Gestão da Educação e Trabalho-INTERGESTO e SANKOFA: Negritudes, Pan-Africanismo, Interculturalidades e Subalternidades, ambos Certificados pelo CNPQ. Salvador, Bahia, Brasil. E-mail: clsantos@uneb.br

produtiva e a valorização cultural, em razão do sistema colonial instituído no Brasil que ceifou vidas e registros culturais importantes. Reconhecer, fortalecer e lançar luz a estudos que consideram os modos de organização social destes sujeitos possibilita a disseminação da temática dentro e fora do ambiente acadêmico, valoriza os saberes tradicionais e promove a preservação da memória dessas comunidades.

A pesquisa é motivada pela relevância das práticas de educação popular a partir de saberes tradicionais transmitidos ao longo de gerações pelos povos e comunidades tradicionais³. Essas iniciativas demandam estudos que possam fundamentar e sinalizar políticas que sejam mais adequadas a esses povos e atendam também às Políticas Públicas de Educação de Jovens e Adultos (EJA), cuja história é marcada por exclusões e negação de direitos que se assemelham às realidades desses povos.

A implementação de políticas educacionais da EJA tem um papel importante no contexto baiano, pois pensar um projeto de educação para pessoas que foram excluídas do processo de educação, exige esforços para que assegurem o acesso, permanência e a continuidade, compatibilizando com os princípios da escola popular e democrática, como defendido por Freire (2001), que caracteriza a Educação de Jovens e Adultos como ato político e de conhecimento, considerando as realidades em que os sujeitos estão incorporados e a partir daí, apreenderem as habilidades de escrita e leitura para transpor em comunidades letradas e participativas.

O estudo tem como lócus as práticas educativas para jovens, adultos e idosos da Cooperativa de Etnodesenvolvimento de Povos e Comunidades Tradicionais Kitaanda Bantu, que existe há 20 anos, se organizam em coordenações regionais, envolvendo Povos e Comunidades Tradicionais, Rezadeiras, Benzedeiras, distribuídas na Bahia nos territórios de identidade Região Metropolitana de Salvador (São Francisco do Conde e Salvador), Recôncavo (Cachoeira e São Félix), Sertão do São Francisco (Juazeiro) e Piemonte Norte de Itapicuru (Senhor do Bonfim). A cooperativa é vinculada a Associação Nacional de Patrimônio Bantu (ACBANTU), uma organização da Sociedade Civil que desempenha, há 20 anos, um papel importante

³ O Decreto n. 6.040/2007 (BRASIL, 2007), institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, em seu art. 3º, estabelece que Povos e Comunidades Tradicionais são grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição.

na preservação e promoção da cultura afrodescendente no Brasil, buscando a promoção de direitos para povos e comunidades tradicionais.

O objetivo geral da pesquisa foi analisar as práticas sociais de educação popular e saberes tradicionais que estão estruturadas na Cooperativa Kitaanda Bantu e de que forma se constituem como estratégias de fortalecimento da identidade cultural desses povos e comunidades tradicionais. A abordagem proposta teve como principais objetivos específicos: a) apresentar a Cooperativa Kitaanda Bantu, na perspectiva do etnodesenvolvimento e do cooperativismo, considerando a relação trabalho e educação; b) descrever e sistematizar as práticas sociais de educação popular e saberes tradicionais vivenciados pela Cooperativa Kitaanda Bantu; c) analisar a relação entre os saberes tradicionais desenvolvidos na Kitaanda Bantu e as práticas pedagógicas.

Foi possível perceber diante das realidades vivenciadas na instituição, como as práticas sociais e educativas para jovens, adultos e idosos são fundamentais para o fortalecimento comunitário e a preservação da memória e identidade dos povos e comunidades tradicionais que estão direta e indiretamente envolvidos com ações que promovam os saberes e fazeres locais, preservação da cultura, contribuindo para um desenvolvimento sustentável, geração de renda e autonomia.

Para o desenvolvimento da pesquisa foi realizado um estudo de natureza aplicada, com característica exploratória e abordagem qualitativa, cuja estratégia de pesquisa foi a colaborativa, desenvolvida, in loco, na Cooperativa Kitaanda Bantu, por meio de círculos reflexivos realizados nos municípios de Cachoeira e Salvador. A técnica de produção de dados utilizada foram os círculos reflexivos, cujo instrumento de produção de dados foi os diários de campo, que trouxeram a descrição e anotações das falas dos participantes a partir de provocações e perguntas reflexivas para gerar percepções sobre as categorias da pesquisa, promover aprendizagens entre os participantes e levantamento de dados.

A pesquisa colaborativa, inspirada em Ibiapina, foi escolhida como estratégia, pois pretende-se produção de conhecimento entre a pesquisadora e os/as cooperados/as. A abordagem proposta se estabelece mediante uma parceria entre os sujeitos envolvidos em torno de um objetivo comum. Nesta abordagem, a pesquisadora desempenha dois papéis distintos, que se complementam entre si: o de pesquisadora e o de formadora. Pesquisadores podem aliar-se no processo de construção de saberes, proporcionando a interconexão entre esses mundos

(IBIAPINA, 2016). O recurso utilizado dentro da pesquisa colaborativa como procedimento foi a Observação Colaborativa por se adequar mais ao objeto de pesquisa proposto, pois esse procedimento, segundo Paiva (2002 apud IBIAPINA, 2008, p. 92), potencializa a descrição, a interpretação, o confronto, e a reconstrução de teorias e práticas relativas ao processo de ensino e aprendizagem, fazendo nascer um saber-fazer, partilhado, construído e reconstruído.

DESENVOLVIMENTO

O estudo permitiu investigar o campo da educação não escolarizada, com olhar apurado para a educação popular e conjecturando a relação entre trabalho e meio ambiente.

No contexto baiano observa-se um Organizador Curricular que prevê dentre os princípios teórico-metodológicos reconhecer os (as) estudantes e professores (as) como protagonistas do processo de formação e desenvolvimento humano; valorizar o amplo repertório de vida dos sujeitos da EJA através dos saberes, culturas, valores, memórias, identidades, como ponto de partida e elemento estruturador do estudo das áreas do conhecimento (Organizador Curricular da EJA, 2022 e 2023), mas na prática uma crescente perspectiva de que sirva ao mercado de trabalho precarizado. Observa-se uma contradição fundamental na prática da EJA, que por um lado, a legislação e os documentos oficiais pregam a valorização da diversidade e das experiências de vida dos estudantes, enquanto, por outro, a educação é cada vez mais instrumentalizada para atender às demandas do mercado de trabalho, muitas vezes precarizado, além de descontinuidades e fragmentações ao longo dos anos, por não ser uma modalidade priorizada pelo Poder Público. A EJA e a educação não formal possuem uma relação intrínseca e complementar. Ambas buscam atender às necessidades educacionais de pessoas que, por diversos motivos, não tiveram acesso à educação.

Para a fundamentação teórica nos apoiamos nos escritos de Freire (1967), Ibiapina (2008), Gadotti (2011), Arroyo (2017), Brandão (2002), Schneider (2003), Diegues (2002) e Batalla (1982), que possibilitaram a constituição de um arcabouço teórico.

Para Schneider (2003), a educação e a capacitação são indispensáveis em qualquer instituição, mas nas cooperativas são questões de sobrevivência. A

educação é um dos pilares do cooperativismo e é essencial para fortalecer os princípios de solidariedade e ajuda mútua. Por meio da capacitação contínua, os membros da cooperativa podem não somente desenvolver a comercialização, mas também contribuir para trocas significativas. Este processo educativo permite que as cooperativas mantenham sua identidade e resistam à pressão do modelo competitivo predominante no mercado, promovendo um modelo econômico mais inclusivo e sustentável. Esta vivência passada de geração para geração como forma de vida dos povos e comunidades tradicionais, que traz uma abordagem em desacordo com o modelo capitalista neoliberal é intitulado de Etnodesenvolvimento.

Etnodesenvolvimento é pensar desenvolvimento a partir das características sociais de um povo, aproveitando seus ensinamentos, experiência histórica, potências, recursos, respeitando suas aspirações e valores e, que, por ainda ser uma forma de pensar desenvolvimento, tem relação com aspectos jurídicos, políticos e organizacionais. (Batalla, 1982, p. 133). Ou seja, etnodesenvolvimento apresenta um desenvolvimento considerando as particularidades de grupos diferenciados para pensar uma forma de crescimento solidária e justa, porém com autonomia. É um percorrer com uma nova proposta de gestão territorial e de governança. O que não quer dizer que é pior ou menos vantajosa, ao contrário, acaba angariando vários benefícios sociais e financeiros. É o etnodesenvolvimento um tipo de desenvolvimento que questiona as lógicas capitalistas com base na exploração e busca pelo lucro. De acordo com Stavenhagen (1985) as críticas sobre o etnodesenvolvimento sob a alegação de que ele contribui para o isolamento de grupos étnicos mantendo-os num grau de subdesenvolvimento, segregação e opressões, não prosperam. Isto porque, ao contrário, esta forma de desenvolvimento parte de uma perspectiva criativa, que, ao invés de limitar, abre espaço para verdadeiras manifestações coletivas que por muito tempo foram retaliadas pelos sistemas dominantes. (Stavenhagen, 1985, p. 42-3).

O saber fazer da cooperativa é uma oportunidade de fortalecimento das ações buscando examinar memórias, práticas tradicionais, costumes que são essenciais na prática e na trajetória das pessoas que fazem parte do grupo produtivo, realizando ações que envolvem processos de ensino e aprendizagem baseados na educação popular, uma modalidade de pensamento, de prática pedagógica e de ação política dela derivada, dirigida às/pelas classes populares e devotada a participar de processos em que elas se tornam protagonistas de transformações sociais (Brandão,

2021). Em se tratando dos sujeitos de grupos étnicos que possuem um potencial para impulsionar redes que reforcem a capacidade de articulação, conhecimentos e habilidades para transformar realidades, enfatizar a autonomia e a capacitação técnica, une a preservação, e também a valorização dos patrimônios materiais e imateriais desses grupos.

Segundo Quijano (2005), faz-se necessário o rompimento de práticas que permeiam o racismo institucional e estrutural no Brasil. E as práticas sociais de educação popular e saberes tradicionais desenvolvidas na Cooperativa promovem a efetividade da inclusão produtiva e a valorização das culturas locais. Estas práticas permeiam temáticas como: Oficinas sobre os patrimônios culturais das comunidades; Oficinas sobre o Patrimônio Cultural Linguístico Bantu; Oficinas com foco em gestão administrativa, comercial e financeira; em gestão estratégica e sustentabilidade; Intercâmbios culturais e troca de experiências; Eco intercâmbios; Oficina de Plantas Medicinais e Fitoterápicos; de saberes e fazeres tradicionais: bordado, culinária, artesanato.

Todo o trabalho desenvolvido pelas mulheres é realizado com princípios básicos de trabalho digno e geração de renda coletiva, através de ações voltadas à Agricultura Familiar Agroecológica e Orgânica, Gastronomia Afro – Alimentação, Extrativismo, Confeção, Artesanato e Formação Cultural. Conforme Diegues e Arruda (2001 p. 18) na perspectiva marxista, as culturas tradicionais estão associadas a modos de produção pré-capitalistas, próprios de sociedades em que o trabalho ainda não se tornou mercadoria. A prática educativa, neste contexto torna-se, assim, um ato de conhecimento compartilhado, onde toda equipe aprende junto, numa troca de saberes tradicionais envolvendo práticas cotidianas e conhecimentos ancestrais.

O Cooperativismo surge como uma alternativa ao sistema econômico que almeja lucro, concentração de riquezas que gera desigualdade social e exploração do trabalho. É um modelo de organização social que visa não apenas a melhoria econômica, mas também a promoção de valores como solidariedade, democracia e justiça social. O desafio é propor alternativas que resgatem modos organizacionais mais justos, participativos e solidários, que, apesar de emergirem dentro do sistema capitalista, busquem outras formas de sociabilidade, baseadas em princípios não capitalísticos (Santos; Rodríguez, 2002).

Os sete princípios de uma Cooperativa são: Adesão livre e voluntária; Gestão democrática; Participação econômica; Autonomia e independência; Educação,

formação e informação; Intercooperação e Interesse pela comunidade. E a relação trabalho e educação estão intimamente ligados a estes princípios e favorece a promoção da igualdade, sustentabilidade econômica e conseqüentemente desenvolvimento econômico a partir de processos formativos que fortalecem os cooperados e toda a comunidade do entorno.

A Cooperativa de Etnodesenvolvimento de Povos e Comunidades Tradicionais Kitaanda Bantu é formada por vários núcleos produtivos constituídos por povos de terreiros, quilombos e comunidades negras rurais, vinculada a uma rede de núcleos produtivos. Todas as ações desenvolvidas atualmente pela Cooperativa Kitaanda Bantu estão vinculadas ao CNPJ da ACBANTU, pois a cooperativa ainda não regularizou a documentação.

Atualmente, possui 40 (quarenta) cooperadas não formalizadas que ficam localizadas nos territórios de identidade Recôncavo e Região Metropolitana de Salvador, nos municípios de Cachoeira, Santo Amaro, São Félix, Camaçari, São Francisco do Conde e Salvador, mas os núcleos produtivos abrangem mais dois territórios, Sertão do São Francisco (Juazeiro) e Litoral Sul. Em razão da articulação nacional da ACBANTU a Kitaanda Bantu também faz parte da Rede de Etnodesenvolvimento Kitaanda Bantu: realizada em articulação com Estados como: Rio Grande do Sul e Ceará.

O público atendido pela rede é da faixa etária de 16 a 70 anos, havendo a predominância de mulheres. A proposta da cooperativa valoriza a troca de saberes, a diversidade de produção e uma técnica coletiva, mais eficiente com base no cultivo utilizando saberes tradicionais das pessoas envolvidas, preservação da cultura e do meio ambiente. Fortalecendo ainda mais a inclusão social e econômica, com a lógica de relação com trabalho digno e geração de renda coletiva, envolvendo as comunidades.

A partir da pesquisa foram desenvolvidos círculos reflexivos visando a análise das práticas de educação popular e saberes tradicionais, tendo luz a Pesquisa Colaborativa. Cabe analisar os espaços de participação comunitária, vendo de que maneira contribuem para a implementação de ações de etnodesenvolvimento dentro da comunidade que atua, fortalecendo a organização popular através do olhar crítico sobre as questões sociais e os saberes que envolvem todo o processo formativo na Cooperativa. Para isto, fez-se necessário historicizar todo o processo de auto-gestão, objetivando compreender de que maneira a organização popular contribuiu para a

construção em rede desenvolvida por povos e comunidades tradicionais envolvidas, envolvendo consciência crítica e organizativa, o trabalho e geração de renda. A perspectiva do processo de formação é contribuir para a emancipação das pessoas, tornando-as autônomas, autogestionárias e independentes, capazes de buscar alternativas que superem positivamente as desigualdades raciais e conseqüentemente, a exclusão social, na medida em que são atendidas as dimensões sociais e individuais dos povos. Dessa forma, foi possível realizar como um dos produtos, ação formativa, além da proposta de investigação, considerando as realidades vivenciadas no dia a dia e uma análise documental a partir das fontes e da categorização das informações.

A pesquisa foi realizada com dez pessoas, incluindo pessoas da cooperativa e da associação. Foram sete mulheres e três homens. O critério de seleção das pessoas foi de acordo com a disponibilidade das pessoas envolvidas, dos municípios de Cachoeira e Salvador. As/os empreendedoras/es de Salvador são negras/os de comunidades periféricas que atuam com comercialização de artesanato, licor artesanal e roupas e do município de Cachoeira são mulheres de terreiro, produtoras rurais, erveiras, quilombolas. O encontro em Salvador aconteceu na sede da ACBANTU, localizada no Centro Histórico de Salvador, Rua Maciel de Cima, 17, Térreo - Pelourinho e ocorreu na primeira sexta-feira do ano, dia três de janeiro de 2025. E o segundo encontro ocorreu na primeira terça-feira do ano, dia sete de janeiro de 2025, na Fundação Casa Paulo Dias Adorno, Rua Maest Irineu Sacramento, nº 4 - Sede, Cachoeira. A Fundação foi criada em 1978 com a missão de defender os direitos sociais e valorizar a cultura afro-brasileira, em especial, dos povos de terreiro, atualmente gerenciada por Doté Marcelino, Humbono da Nação Jeje-Mahi.⁴

Cada co-participante da pesquisa, educador/a oriundos/as de comunidades periféricas, pertencentes aos segmentos de povos de terreiro, negros/as, com suas identidades, formas expressão e conhecimentos advindos de trajetórias de luta.

Foi observado nos momentos que a própria Cooperativa e a Associação possuem muitas ações e atividades desenvolvidas, mas não possuem a sistematização de todas as ações. A oportunidade da realização da pesquisa trouxe essa reflexão coletiva da oportunidade de retomar algumas atividades que estavam

⁴ Jeje-Mahi é um culto de voduns que se originou na região de Maí, a noroeste de Abomei. E Doté é o título dado aos sacerdotes cujo Vodun pertence à família de Hevioso e/ou que tenha iniciado pelo menos um filho para um Vodun desta família.

no âmbito da memória das pessoas e transformá-las em propostas concretas de valorização do trabalho coletivo.

As temáticas propostas nos círculos reflexivos buscaram responder a questão da pesquisa que traz a pergunta: Quais práticas de educação popular e saberes tradicionais da Cooperativa de Etnodesenvolvimento de Povos e Comunidades Tradicionais Kitaanda Bantu se constituem como estratégias de fortalecimento da identidade cultural? Para responder essa pergunta os objetivos específicos da pesquisa traçou um caminho para que possamos sistematizar que práticas são essas e como podemos realizar através da Observação Participativa o ciclo de pré-intervenção, intervenção e pós intervenção (PAIVA, 2002).

Observando através dos círculos reflexivos com a análise das práticas de educação popular e saberes tradicionais, depois descrevendo e sistematizando essas práticas e problematizando estas para rompimento da lógica individualizada de construção de plano pedagógico, no qual esteja o protagonismo apenas do educador/a e que para além disso, seja uma construção de um paradigma emancipatório. Segundo Ibiapina (2008), esta metodologia permite que processos formativos criem espaços para o trabalho colaborativo que facilite a análise e a discussão entre professores, incentivando uma nova leitura prática. (IBIAPINA, 2008).

Os dois círculos reflexivos foram gravados pelo aplicativo de gravação de voz e transcritos posteriormente pela pesquisadora para realização da análise. As narrativas das pessoas que participaram foram transcritas estritamente como foram ditas. E no processo de análise dos dados das informações registradas foi possível realizar uma apuração e conectar com as categorias de estudos da pesquisa e com as referências bibliográficas utilizadas. A técnica utilizada para análise dos dados foi a Análise de Conteúdos, conforme Bardin (2011) que prevê os critérios de organização da análise: pré-análise, exploração do material e o tratamento dos resultados. O tratamento dos resultados compreende a codificação e a inferência. A análise dos dados da pesquisa foi realizada a partir das falas dos círculos reflexivos e a categorização prevista no cerne da dissertação.

CONCLUSÃO

A proposta de intervenção prevista após a realização da pesquisa é um

Programa formativo com conteúdos voltados para as cooperadas. O objetivo é realizar atividades formativas para as mulheres da Cooperativa de Etnodesenvolvimento de Povos e Comunidades Tradicionais Kitaanda Bantu acompanhando e desenvolvendo habilidades para com a temática Etnodesenvolvimento e fortalecimento da promoção de (etno)desenvolvimento integrado e sustentável. O Programa foi montado diante das necessidades observadas durante o processo da dissertação e a ideia é que seja implementado para fortalecimento das práticas de educação popular e também para a rearticulação e constituição de estratégias de escoamento de produtos, para que as mulheres da Kitaanda Bantu possam acessar recursos para fortalecer a implementação da cooperativa.

O cenário atual da pesquisa, proporcionou uma nova articulação para futuros caminhos de implementações internas. E foi possível a compreensão da relação trabalho e educação, que acabam se retroalimentando nas produções individuais e coletivas dos saberes e fazeres. E este trabalho tem simbiose com redes sustentáveis, com viés de desenvolvimento local, com ampliação para atuar nacionalmente. A proposta azeitada nos diálogos é a constituição da cooperativa formalmente, que prevê continuidade nas práticas formativas e o fortalecimento da perspectiva de rede, que já tem sua concepção, mas que precisa de estratégias operacionais para redução de riscos.

A escrita proporcionou a análise da relação entre os saberes tradicionais desenvolvidos pela Kitaanda Bantu e as práticas pedagógicas desenvolvidas. O estudo proposto nos possibilitou trazer visibilidade para práticas de educação popular e saberes tradicionais de povos e comunidades que possuem um histórico de exclusão, mas que se reinventaram a partir de conhecimentos adquiridos através de muitas gerações anteriores. E que compreendem que esses conhecimentos dos antepassados, são de suma importância para a sobrevivência dos seres de hoje e das próximas gerações.

REFERÊNCIAS

ARROYO, M.G. **Passageiros da noite: do trabalho para a EJA. Itinerários pelo direito a uma vida justa.** Petrópolis: Vozes, 2017.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo.** São Paulo: Edições 70, 2011, p.15.

BATALLA, Guillermo Bonfin. **El Etnodesarrollo: sus premisas jurídicas, políticas y de organización.** In: ARAVENA, Francisco Rojas (Ed.). América Latina: etnodesarrollo y etnocidio. San José de Costa Rica: FLACSO, 1982. P. 467-481.

BRANDAO, C. R. **A Educação Popular na escola,** editora vozes Petrópolis, Rj, 2006.

BRANDAO, C. R. **Lembranças e Divagações a respeito da Educação Popular.** Seção Comemorativa. Paulo Freire 100 Anos, Ensaio. Educ. Soc. 42, 2021

DIEGUES, Antônio Carlos e ARRUDA, Rinaldo S, V. (Orgs.) **Saberes Tradicionais no Brasil. Brasília: Ministério do Meio Ambiente;** São Paulo: USP, 2001.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa.** Sabotagem, 2006.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido.** Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 49ª Edição, 2005;

GADOTTI, Moacir e ROMÃO, José E. (orgs.) **Educação de Jovens e Adultos: teoria, prática e proposta.** 12.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

IBIAPINA, I. M. L. De M. (2008). Pesquisa Colaborativa: Investigação, Formação E Produção De Conhecimentos. Brasília: Liber Livros Editora.

QUIJANO, Anibal. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas.** Buenos Aires: CLACSO, 2005.

SCHNEIDER, J. O. **Pressupostos da educação cooperativa: a visão de sistematizadores da doutrina do cooperativismo.** Educação cooperativa e suas práticas. Brasília: SESCOOP, 2003.

STAVENHAGEN, R. **Etnodesenvolvimento: uma dimensão ignorada no pensamento desenvolvimentista.** Anuário Antropológico 84. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1985.